

**TRABALHO DOMÉSTICO E CAPITAL: a
naturalizada *sina* socioambiental das mulheres**

Autora Izadora Fernandes Ribas¹; Orientador Fabio Alves dos Santos Dias²;

RESUMO

Este resumo refere-se à pesquisa desenvolvida sobre a naturalização do trabalho doméstico como tarefa feminina. Investigação oriunda do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação na Linha Educação, Sustentabilidade Social e Ambiental do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação do Instituto Federal Catarinense, Campus Camboriú. Pesquisa com metodologia de revisão bibliográfica com o intuito de analisar as condições de vida em relação ao trabalho de manutenção e reprodução da vida, a partir da abordagem materialista histórica dialética. Dos estudos decorrentes das disciplinas do curso e leituras complementares, um sucinto e geral esboço sobre sociedade e natureza foi realizado, delimitando aspectos do projeto então elaborado. Um mapeamento de títulos disponíveis virtualmente foi feito para compor o referencial teórico deste trabalho, priorizando a busca por pesquisas de mulheres sobre a vida das mulheres.

Palavras-chave: Mulher. Trabalho doméstico. Relações sociais.

INTRODUÇÃO

Trabalho de pesquisa com o objetivo geral de investigar a naturalização do trabalho doméstico como tarefa feminina. Com o intuito de averiguar a contribuição do estudo do trabalho feminino no debate da Educação Ambiental em uma perspectiva marxista, tem Carlos Frederico Loureiro como principal autor na inter-relação dos debates.

Investigação construída na análise das relações estabelecidas entre a produção e reprodução da vida, o trabalho doméstico e as mulheres enquanto ser social com naturalizações culturais e históricas que se propagam entre as gerações.

¹ Licenciada em Pedagogia e Teatro. Acadêmica do PPGE/IFC – Camboriú da Linha Educação, Sustentabilidade Social e Ambiental. Professora da Educação Infantil da rede pública municipal de Balneário Camboriú - SC. E-mail: iza_ribas@yahoo.com.br

² Doutor em Sociologia, Professor do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. E-mail: fabio.dias@ifc.edu.br.

É por vias proletárias que traço minhas trajetórias e por estas vias que este estudo se processa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi embasada em artigos, livros e periódicos (impressos e online). Os livros impressos consultados foram empréstimos das bibliotecas do IFC – Campus Camboriú, IFSC – Campus Florianópolis, acervo do orientador e da autora. Todo este material foi fichado. A proposta foi estabelecer um diálogo entre autores e suas concepções sobre a naturalização da dominação feminina, procurando explicar os porquês das mulheres terem por atribuição natural as habilidades e a afeição pelo e para o trabalho doméstico.

De antemão foi escolhida uma abordagem marxista (materialista, histórica e dialética) de análise já que esta pretende ir às raízes de todas as atividades humanas a fim de decifrar cientificamente a realidade. Segundo Triviños, “A materialidade do mundo, isto é, todos os fenômenos, objetos e processos que se realizam na realidade são materiais, sendo aspectos diferentes da matéria em movimento” (2010, p. 52).

Na composição deste estudo estão considerações de leituras dos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, escritos por Karl Marx em 1844, na qual o autor tece suas considerações numa perceptiva crítica de análise da realidade através das relações sociais e de produção da vida, expondo as contradições da economia política por meio da relação da propriedade privada e do trabalho.

Também nos utilizamos de *A Ideologia Alemã*, onde Marx e Engels esboçam as raízes materiais do pensar e do agir humanos. Escrito entre 1845-1846, em meio ao debate que Marx e Engels travam diretamente com os jovens hegelianos, este texto foi aqui utilizado com o objetivo de compreender a formação da consciência e da prática de naturalização do trabalho feminino como expressão de realidade social burguesa onde tudo aparentemente se reduz como que naturalmente à mera reprodução da inumanidade.

Carlos Frederico Loureiro foi fundamental para nosso estudo, uma vez que adota uma abordagem materialista para compreender a Educação Ambiental. Sua perspectiva crítica de olhar para a realidade, evidencia que não há *leis naturais* atemporais, nem verdades absolutas na sociabilidade humana. Expondo a historicidade das naturalizações das relações sociais e do modo de produção da vida, o autor afirma que “É estritamente histórico e cultural o modo como nos definimos como natureza e a entendemos a partir das relações sociais e do modo de produção e organização em dado contexto” (LOUREIRO, 2012, p. 44).

Por fim, ressalto o mapeamento feito com bibliografia disponível online, principalmente, tendo como palavras chave: mulher, trabalho doméstico, divisão social e sexual do trabalho. Helena Hirata e Daniele Kergoart foram autoras recorrentes em alguns artigos que embasam este trabalho. Suas pesquisas estão em consonância com a crítica marxista acerca da subjugação da mulher na sociedade burguesa, já que propõem apontar as contradições desse modo de produção, e desvelar como ele impossibilita o desenvolvimento livre e integral das mulheres no conjunto das atuais relações sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história das mulheres está coberta por uma herança de silêncio. O protagonismo da história humana não é feminino, mesmo que constantemente vai se evidenciando que mulheres de *sucesso, empoderadas, donas de si*, sempre existiram. Ser uma exceção à regra hegemônica de gênero, em nada é reflexo da emancipação feminina. É incontestável que houve mudanças ao longo da história das condições de vida das mulheres e, portanto do modo de produção e das relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Mas seguimos distantes de uma revolução social.

Malgrado tudo isso, a partir da década de 1970 na França - sob o impulso do movimento feminista – houve uma intensificação da conceituação da questão da mulher em diferentes áreas do conhecimento, como é o caso dos estudos sobre o trabalho doméstico. Segundo as autoras:

Foi com a tomada de consciência de uma "opressão" específica que teve início o momento das mulheres: torna-se então coletivamente "evidente" que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho é invisível que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza do amor e do dever materno. (HIRATA. KERGOART, 2007, p. 597)

Segundo Claudia Nogueira, trabalho e família integram o mesmo conjunto “já que são dois polos de nossa vida social, trabalho e reprodução.” (NOGUEIRA, 2006, p.31). Segundo seu argumento, a família é a primeira propriedade que habitamos. Propriedade esta que por mais coletiva que aparente ser, é sempre privada, pois pertence a um ou outro senhor, que determinam a vida dos demais. Este senhor pode ser o pai e/ou marido, mas para além da figura masculina, tem o capital atuando sobre todos. Independente de gênero, etnia, estado civil, etc, como já manifestado por Bertolt Brecht (1932), “a bota que nos pisa é sempre a mesma bota”. O capital está sempre agindo em todo trabalhador do mundo para extrair toda sua mais valia – tempo de trabalho de mulheres e homens assalariados não pago aos operários, que é a base de lucros do sistema capitalista – oprimindo-o e explorando a todo custo, pois só assim sustenta a ínfima parcela da população que compõem a burguesia.

Entender a família como um fenômeno social pressupõe conhecer a historicidade das instituições humanas e atentar para divisão sexual existente no seio desta para as funções femininas e masculinas, pois “As relações sociais capitalistas legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada “natural” à mulher, dada pela subordinação” (NOGUEIRA, 2006, pág. 26). Atribuído a uma pretensa natureza da mulher, as tarefas domésticas consomem grande parte do tempo feminino e caracterizam-se pela simultaneidade, fragmentação, multiplicidade, como indica a autora.

Não podemos esquecer, entretanto, que não existe a força de trabalho sem a existência do trabalhador (a), o (a) qual foi gerado (a) e mantido (a) por uma mulher. Portanto, a venda da força do trabalho do proletário (a) é garantida pelas atividades domésticas realizadas, na grande maioria das vezes, pela mulher, quer ela seja uma trabalhadora produtiva ou não. (NOGUEIRA, 2006, Pág. 200)

A condição da mulher hoje pode ser entendida como a própria condição da humanidade, fragmentada pelo capital. Uma tentativa constante de desarticular os

trabalhadores entre si, desconhecendo-se enquanto classe que tudo produz. Uma boa via para explicar tal argumento é o cerceamento das mulheres ao mundo privado conforme avançava o sistema econômico conquistado via revolução burguesa. A privatização da vida da mulher vem junto com a instituição da propriedade privada. Enquanto no período feudal as mulheres estavam mais integradas à comunidade e, portanto ao espaço público, no sistema capitalista o movimento é outro. Com a justificativa de proteção e preservação da mulher, a família passa ser a instituição de pertencimento das mulheres. Tendo por responsabilidade o cuidado com a higienização e manutenção do espaço doméstico, passa a estar reclusa a este ambiente. Isso não ocorre da noite para dia, assim como a transformação do sistema, são processos de transformação social. A mulher passa a ser mais uma propriedade a ser adquirida.

CONCLUSÕES

As lutas pelo fim da desigualdade que ignorarem as estruturas que moldam as relações da sociedade capitalista, composta por fragmentações hierárquicas, estarão fadadas a terem suas pautas engolidas pela classe dominante. Portanto, não é possível debater a desigualdade de gênero, desassociadamente do debate classista, do debate em torno da luta pela emancipação humana.

A naturalização do fazer doméstico como função feminina é uma consequência história das relações sociais de produção e reprodução da vida. Trabalho incessante que desumaniza a mulher, por confina-la à vida privada, o trabalho doméstico não é reconhecido juridicamente pelo capital, mas é essencial para o mesmo, tendo em vista que a mercadoria força de trabalho necessita ser mantida, cuidada e reproduzida. Diante da pesquisa realizada é possível afirmar precisamente que não é possível haver emancipação das mulheres sem que se estenda a toda à humanidade. Ou seja, enquanto mantivermos os pilares de uma sociedade baseada na exploração dos seres humanos por outros seres humanos, haverá exploração das mulheres enquanto classe e sua opressão como sexo e gênero.

REFERÊNCIAS

CARRASCO, Cristina. **La Sostenibilidad de la Vida Humana: ¿Un asunto de mujeres?** Revista Mientras Tanto, n. 82, Barcelona: Icaria Editorial, otoño-invierno 2001.

HIRATA, Helena. KERGOART, Daniele. **A Classe Operária tem Dois Sexos.** Periódicos UFSC. Estudos Feministas, ano 2, p. 93-100, 1 sem. 1994.

_____. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho.** Tradução Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007.

IASI, Mauro Luis. Trabalho doméstico e valor. In **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 123 – 141.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Educação Ambiental e Epistemologia Crítica.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Universidade Federal de Rio Grande. Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental. vol. 32, n. 2, jul./dez. 2015.

_____. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos.** Tradução Alex Marins. São Paulo, Martin Claret. 2002.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 2010.